

Ações que Ampliam o Acesso e a Qualidade na **Atenção Odontológica 2**

Emanuela Carla dos Santos

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2021

Ações que Ampliam o Acesso e a Qualidade na **Atenção Odontológica 2**

Emanuela Carla dos Santos

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^ª Dr^ª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^ª Dr^ª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Dr^ª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^ª Dr^ª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Dr^ª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^ª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof^ª Dr^ª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^ª Dr^ª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof^ª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^ª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^ª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^ª Dr^ª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^ª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^ª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^ª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Prof^a Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Prof^a Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Prof^a Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Prof^a Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ações que ampliam o acesso e a qualidade na atenção odontológica 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Emanuela Carla dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A185 Ações que ampliam o acesso e a qualidade na atenção odontológica 2 / Organizadora Emanuela Carla dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-920-2

DOI 10.22533/at.ed.202213003

1. Odontologia. 2. Saúde bucal. I. Santos, Emanuela Carla dos (Organizadora). II. Título.

CDD 617.6

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

As revoluções no campo da odontologia não se limitam ao avanço tecnológico e novas técnicas de execução. Se olharmos para a história da saúde pública no Brasil, veremos que a incorporação da saúde bucal dentro das políticas públicas de saúde abordaram problemas graves, como a cárie dental, de forma muito eficaz e, relativamente, simples, através da fluoretação das águas de abastecimento, por exemplo.

Este tipo de ação foi fruto de pesquisas ao longo do tempo e, neste E-book aqui apresentado, você irá verificar que as buscas pelo aprimoramento do que já existe e por novas soluções continuam, em prol da ampliação e melhoria da atenção odontológica tanto na assistência pública, quanto na privada.

Desejo que este conteúdo possa enriquecer seu processo de aperfeiçoamento profissional.

Ótima leitura!

Emanuela Carla dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AMAMENTAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ESTRUTURAS CRANIOFACIAIS

Carla Karine Figueiredo Lopes
Gleyce Barros Gomes
Elias Victor Figueiredo dos Santos
Jadden Rúbia Lima Costa
Maria Bernardete Barros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.2022130031

CAPÍTULO 2..... 12

VISITA DOMICILIAR DA EQUIPE DE SAÚDE BUCAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE AO ESCOLAR COM DEFICIÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA EM OCARA-CE

Maria Rejane Barbosa de Araújo
Rafaela Fabricio de Freitas
Lucas Fernandes Vasconcelos
Francisco Jeffeson Lessa Ferreira
Sean de Holanda Angelim Santos
Ana Isabelle Fernandes de Menezes
Edineudo Facó

DOI 10.22533/at.ed.2022130032

CAPÍTULO 3..... 24

EVIDÊNCIA CIENTÍFICA DO EFEITO ANTICÁRIE DE DENTIFRÍCIOS FLUORETADOS

Adriano Henrique Santana Di Lorenzo Oliveira
Maria Gabriella Correia Pontes Reis
Luana Peixoto Gama
Roberta Albuquerque Acioli Rios
Ana Luiza Pontes de Oliveira
Natanael Barbosa dos Santos
Diego Figueiredo Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.2022130033

CAPÍTULO 4..... 38

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE DA CIRURGIÃ-DENTISTA RESIDENTE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ARACATI

Maria Priscilla de Paula Castro

DOI 10.22533/at.ed.2022130034

CAPÍTULO 5..... 43

EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL NA INFÂNCIA: A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A ESCOLA

Beatriz Carvalho Masson
Maya Fernanda Manfrin Arnez
Fernanda Maria Machado Pereira Cabral de Oliveira
Marcio Santos de Carvalho

Alexandra Mussolino de Queiroz
Francisco Wanderley Garcia de Paula e Silva

DOI 10.22533/at.ed.2022130035

CAPÍTULO 6..... 53

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO CÂNCER DE BOCA (CARCINOMA ESPINOCELULAR)

João Batista de Oliveira Neto

DOI 10.22533/at.ed.2022130036

CAPÍTULO 7..... 63

CÂNCER BUCAL NO ESTADO DO CEARÁ: TENDÊNCIA DA MORTALIDADE EM PESSOAS IDOSAS

Débora Rosana Alves Braga

Maria Vieira de Lima Saintrain

Jose Ygor Gomes de Paulo Melo

Maria da Glória Almeida Martins

Carina Bandeira Bezerra

Edla Helena Salles de Brito

Ana Ofélia Portela Lima

Débora Fernandes de Albuquerque Gomes

DOI 10.22533/at.ed.2022130037

CAPÍTULO 8..... 73

SAÚDE BUCAL E SISTÊMICA: O DESAFIO DO TABAGISMO E DOS CIGARROS ELETRÔNICOS

Juliana Theberge dos Santos de Oliveira

Maria Cynésia Medeiros de Barros

DOI 10.22533/at.ed.2022130038

CAPÍTULO 9..... 89

A SÍNDROME METABÓLICA NO CONTEXTO DA ODONTOGERIATRIA

Ellen Karla Nobre dos Santos Lima

Joanna Santana Navarro

DOI 10.22533/at.ed.2022130039

CAPÍTULO 10..... 99

LESÕES ENDODÔNTICO-PERIODONTAIS: CONHECIMENTO DOS DENTISTAS DA REDE PÚBLICA DE ARCOVERDE

Eduardo Sérgio Donato Duarte Filho

João Braga da Silva Junior

Lucio Flavio Azevedo Donato

Daniela Siqueira Lopes

Danielly Vieira Gomes

Glissia Gisselle Alves Duarte

Stefânia Jeronimo Ferreira

Marcella Quirino de Almeida Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.20221300310

CAPÍTULO 11..... 110

A INFLUÊNCIA DA DOENÇA PERIODONTAL E DA EXTRAÇÃO DENTÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DE ENDOCARDITE BACTERIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Murilo Guimarães Campolina
Caio Melo Mesquita
Lia Dietrich
Marcelo Dias Moreira de Assis Costa
Luiz Renato Paranhos
Gisele Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.20221300311

CAPÍTULO 12..... 124

PERDA PRECOCE DE IMPLANTES DENTÁRIOS: FATORES PREDISPOANTES E DESENCADEANTES

Luís Fernando Veloso Ferreira
Valdir Rodrigues da Silva Júnior
Lia Dietrich
Marcelo Dias Moreira de Assis Costa

DOI 10.22533/at.ed.20221300312

CAPÍTULO 13..... 158

IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO SETOR PEDIÁTRICO

Alice Rodrigues Feres de Melo
Ana Carolina Silva Mendes
Carolina Hartung Habibe
Danúzia da Silva Vilela
Giovanna de Souza Guimarães
Lívia de Paula Valente Mafra
Roberta Mansur Caetano
Rosilea Chain Hartung Habibe

DOI 10.22533/at.ed.20221300313

CAPÍTULO 14..... 168

A PERCEPÇÃO DOS CUIDADOS DE HIGIENIZAÇÃO BUCAL EM PACIENTES PORTADORES DE MICROCEFALIA

Mirian Cristina Ribeiro dos Santos
Kátia Cristina Salvi de Abreu Lopes

DOI 10.22533/at.ed.20221300314

CAPÍTULO 15..... 178

FATORES ASSOCIADOS AOS DESGASTES DENTAIS EROSIVOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Aurélio de Oliveira Rocha
Lucas Menezes dos Anjos
Maria de Nazaré Oliveira Rocha
Thaine Oliveira Lima
Priscilla Castro Moura Rodrigues

Rafaela de Menezes dos Anjos Santos
Ingrid de Melo Silva
Denilson Oliveira Correia da Silva
DOI 10.22533/at.ed.20221300315

CAPÍTULO 16..... 185

EFETIVIDADE DE ANESTÉSICOS TÓPICOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO

Larissa Yumi Ito
Letícia Maira Wambier
Denise Stadler Wambier

DOI 10.22533/at.ed.20221300316

CAPÍTULO 17..... 195

GESTANTES COM ALTERAÇÕES ORAIS E HISTÓRICO DE SÍFILIS

Ana Paula Nogueira Godoi
Gilcélia Correia Santos Bernardes
Nivea Aparecida de Almeida
Luana Nogueira Godoi
Leilismara Sousa Nogueira
Tháís Lorena Souza Sales
Gustavo Machado Rocha
Melina de Barros Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.20221300317

CAPÍTULO 18..... 207

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS

Fernanda de Brito Silva
Daniela Beatriz de Souza Cardoso
Guilherme Goulart Cabral de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.20221300318

CAPÍTULO 19..... 218

PROTOCOLO CIRÚRGICO-ODONTOLÓGICO AOS PACIENTES PORTADORES DE INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA E HEPATOPATIAS

Dayane Vitória de Souza Carvalho Lima
Daniela Pereira do Nascimento Saraiva Patrício
Ismênia Figueiredo Carvalho
Matheus da Silva Ribeiro
Thiago Soares de Farias

DOI 10.22533/at.ed.20221300319

CAPÍTULO 20..... 227

EFICÁCIA DA CRIOTERAPIA NA MUCOSITE ORAL EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

Karla Almeida Vieira
Marcella Ferreira Gobbi

DOI 10.22533/at.ed.20221300320

CAPÍTULO 21.....238

OSTEORRADIONEKROSE: FATORES DE RISCO, FISIOPATOLOGIA, ASPECTOS CLÍNICOS E HISTOPATOLÓGICO- UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Deliane Eufrásio de Oliveira
Marcelo Bonifácio da Silva Sampieri
Daniele Castro do Nascimento
Alice Azevedo de Albuquerque
Jorge Luis Vasconcelos
Stephany Cristina Monteiro da Frota
Mihatovit Teixeira Monteiro
Artur Lyon Barbosa
Karla Teles Sampaio
Sebastião Messias Ribeiro Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.20221300321

CAPÍTULO 22.....252

REMOVAL A COMPOUND ODONTOMA WITH PIEZOSURGERY TECHNIQUE

Gustavo Antonio Correa Momesso
Cecília Alves de Sousa
Valthierre Nunes de Lima
João Paulo Bonardi
Juliana Coléte Zorzi
Daniela Ponzoni
Leonardo Perez Faverani

DOI 10.22533/at.ed.20221300322

CAPÍTULO 23.....256

APLICAÇÃO DE RÉPLICAS TRIDIMENSIONAIS EM TRANSPLANTES DENTÁRIOS AUTÓGENOS CONVENCIONAIS: REVISÃO DE LITERATURA

Luana Peixoto Gama
Sofia Virna Jucá Dantas Melo
Lucas Fortes Cavalcanti de Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.20221300323

CAPÍTULO 24.....263

POTENCIAL HIDROFÍLICO EM BLOCOS DE BIOMATERIAL DE ORIGEM BOVINA

José Ricardo Mariano
Sergio Charifker Ribeiro Martins
Leandro Lécio Lima de Souza
Lorrany Martins de Oliveira
Clara Beatriz Santiago Ribeiro
Valmon Francisco de Matos Junior

DOI 10.22533/at.ed.20221300324

CAPÍTULO 25.....270

ANÁLISE DA SUPERFÍCIE DO ESMALTE APÓS TRATAMENTO CLAREADOR E DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE POLIMENTO

Héberte de Santana Arruda
Maria Cristina Valença de Oliveira
Híttalo Carlos Rodrigues de Almeida
Amanda Maciel do Prado
Zilda Betânia Barbosa Medeiros de Farias
Mariana Alves Lemos
Eduardo Borges da Costa Leite
Maria do Carmo Moreira da Silva Santos
Marcos Antonio Japiassú Resende Montes

DOI 10.22533/at.ed.20221300325

CAPÍTULO 26.....282

ANÁLISE IN VITRO DA EFETIVIDADE DE DIFERENTES ENXAGUATÓRIOS DE AÇÃO CLAREADORA

Héberte de Santana Arruda
Maria Cristina Valença de Oliveira
Híttalo Carlos Rodrigues de Almeida
Amanda Maciel do Prado
Zilda Betânia Barbosa Medeiros de Farias
Mariana Alves Lemos
Eduardo Borges da Costa Leite
Marcos Antonio Japiassú Resende Montes
Maria do Carmo Moreira da Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.20221300326

CAPÍTULO 27.....292

APROXIMAÇÃO FACIAL FORENSE E O ESTUDO DAS ESPESSURAS DE TECIDOS MOLES FACIAIS

Jean Carlos Nogueira Araujo
Gilberto Paiva de Carvalho
Rayane Nascimento Almeida
Paulo Eduardo Miamoto Dias
José Rodrigues Laureano Filho

DOI 10.22533/at.ed.20221300327

CAPÍTULO 28.....308

PATÊNCIA APICAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jéssica Beatriz Caires Oliveira
Matheus Bezerra Moreira Alves
Edilaine Soares dos Santos
Mariana Camerino Sampaio
João Pedro Matar Lemos
Celso Pereira do Nascimento
Isabelly Eduarda Avelino Firmino
Hayara Ohana Lima Santos

DOI 10.22533/at.ed.20221300328

CAPÍTULO 29.....	315
REGULARIZAÇÃO DO BANCO DE DENTES HUMANOS (BDH) DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA JUNTO À CONEP	
Léa Maria Franceschi Dallanora	
Andressa Franceschi Dallanora	
Acir José Dirschnabel	
Bruna Eliza de Dea	
Grasieli de Oliveira Ramos	
Fábio José Dallanora	
DOI 10.22533/at.ed.20221300329	
SOBRE A ORGANIZADORA	330
ÍNDICE REMISSIVO.....	331

REGULARIZAÇÃO DO BANCO DE DENTES HUMANOS (BDH) DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA JUNTO À CONEP

Data de aceite: 22/03/2021

Léa Maria Franceschi Dallanora

Coordenadora do Biobanco de Dentes Humanos da UNOESC e Professora de Clínica Integrada da Universidade do Oeste de Santa Catarina

Andressa Franceschi Dallanora

Professora de Odontopediatria da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC

Acir José Dirschnabel

Coordenador do Curso de Odontologia e Professor de Diagnóstico Oral e Periodontia da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC

Bruna Eliza de Dea

Coordenadora e professora das clínicas integradas de odontologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC

Grasieli de Oliveira Ramos

Professora colaboradora do Mestrado em Biotecnologias da UNOESC e de Diagnóstico Oral da Universidade do Oeste de Santa Catarina

Fábio José Dallanora

Presidente da Comissão de Biossegurança e Professor de Microbiologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina

RESUMO: **Introdução:** Biobancos são considerados importante instrumento científico, estando presentes nos cursos de Odontologia brasileiros. Na Unoesc, iniciou em 17 de março

de 2011 e em 11 de junho de 2018 passou a estar regulamentado junto a CONEP. **Objetivo:** Criar o Biobanco objetivou facilitar captação, armazenamento e concessão de dentes, formalizando suas origens e destino, criando condições para a utilização desses órgãos em pesquisas. **Material e Método:** Este trabalho visou mostrar como ocorreu a implantação do BDH, sua estruturação, concessão de dentes, documentação, funcionalidade e fatos burocráticos para início das atividades e regulamentação junto à Comissão Nacional de Ensino e Pesquisa (CONEP). **Resultados:** Os dentes cedidos por pacientes, profissionais e professores devidamente identificados foram, classificados, embalados e catalogados, sendo os elementos dentais armazenados envazados em frascos de vidro de 20ml em água destilada. Assim os dentes passaram a ser valorizados como um órgão, de acordo com as normativas do Ministério da Saúde. Pesquisas microbiológicas realizadas revelaram ser estes dentes fonte de patógenos, e outra forma de armazenagem foi então implementada. Sendo o dente um órgão deve seguir a lei de doação de órgãos e para ser utilizado em pesquisas deve ser oriundo de um Biobanco, assim o BDH teria de ser certificado pela CONEP, desta forma a certificação junto ao órgão foi solicitada. Este processo exigiu adequação documental do regimento interno e procedimentos operacionais. **Conclusão:** O reconhecimento pela CONEP ocorreu em junho de 2018, a qual qualificou o espaço como Biobanco de Dentes Humanos da Unoesc, obtendo-se a autorização para a realização de pesquisas feitas com os órgãos dentários

oriundos do armazenamento no mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Biobanco de dentes humanos. Armazenamento de dentes humanos. Regulamentação de Biobanco de Dentes Humanos.

UNOESC BIOLOGICAL TEETH BIOBANK REGULARIZATION BY CONEP

ABSTRACT: Introduction: Biological Human Teeth Bank (BHT) or Biobanks are considered as important scientific tool despite of being present in the Brazilian Dentistry colleges. In UNOESC, BHT was founded in March 17 2011, and become regulated by CONEP in June, 11 2018. **Objective:** to favor raising BHT, storage space and use concession teeth, reporting your native and your allocated, engineering conditions to use these organs in surveys. **Material and Method:** This research show how BHT happened the deployment, your structuration, teeth concession contract, documentation, operability and rules involved the National Institute of Research and Education in Brazil (CONEP). **Results:** The teeth donated by patients, dental practitioner and teachers are listed, ranked, packaged and classified. The teeth were packed in a glass flask with 20ml with distilled water. Thus the teeth has become valued as organ, according to the norms by Brazilian Health Ministry. Surveys microbiology were developed in BHT and showed that teeth were source of pathogens, and another way of storage was implemented. Being tooth is an organ, must follow the law of organs donated and, to can be used in researchs, must come from BHT, thus ought to be certified by CONEP, so the certified was request. This procedure demand the documental adjustment to intern regiment and operative procedures. **Conclusion:** The acknowledgment by CONEP occurred in June 2018, wich has qualified as Biobanks Humans Teeth da Unoesc, obtaining the authorization to achievement researchs with teeth who were storage in BHT.

KEYWORDS: Biobanks, Legislation Biological Teeth Banks, Biological Teeth Banks.

1 | INTRODUÇÃO

A presença dos bancos de dentes humanos nas instituições de ensino no Brasil iniciaram em torno do ano de 2000, com o objetivo de desenvolver a percepção dos professores, pesquisadores e profissionais de odontologia sobre as questões referentes a biossegurança e bioética e questões legais como minimizar o comercio ilegal de dentes entre os discentes (PEREIRA, 2012). A resolução do CNS N° 441, de 12 de maio de 2011 a CONEP (Comissão Nacional de Ética e Pesquisa) regulamenta os bancos de dentes e separa em Biobancos de dentes humanos e biorepositórios utilizados para pesquisa e bancos de dentes humanos utilizados para fins didáticos acadêmicos (DALLANORA, ET AL 2018). Neste contexto, os dentes passaram a ser considerados órgãos humanos e, assim, seu uso indiscriminado considerado ilegal. Reafirmando a resolução do Conselho Nacional de Saúde n° 196/96 que diz respeito ao armazenamento e à utilização de material biológico humano com finalidade de pesquisa (BRASIL, 1997; 2001,2011).

Imparato (2003) e Motta-Murguia e Saruwatari-Zavala (2016), ressaltam que o Banco de Dentes Humanos é uma instituição sem fins lucrativos, que deve estar

vinculada a uma faculdade e, universidade ou outra instituição. Seu propósito é suprir as necessidades acadêmicas, fornecendo dentes humanos para atividades didáticas e o prazo de armazenamento deste material é indeterminado, sendo a manutenção de seu credenciamento subordinada ao atendimento das normas vigentes no CNS (BRASIL, 2011). Com as normas definidas pelo CNS os dentes humanos, que eram utilizados em quantidades indiscriminadas e sem a devida atenção aos aspectos éticos e legais por pesquisadores, professores ou alunos, passaram a ser usados de forma racional, legalizada e observando os princípios de que o dente é um órgão humano (SLONG, et al 2016).

Biorrepositório é uma coleção de material biológico humano, que não pode ser comercializada, que teve sua origem sendo coletada e armazenada ao longo da execução de um projeto de pesquisa específico, conforme regulamento ou normas técnicas, éticas e operacionais pré-definidas, que estão sob responsabilidade institucional e sob gerenciamento do pesquisador, (CNS, 2011, MOTTA-MURGUIA; SARUWATARI-ZAVALA, 2016).

O Sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) do Brasil utiliza a definição de Biobanco para coleções organizadas de material biológico humano e informações associadas, coletados e armazenados para fins de pesquisa, seguindo os regulamentos e normas técnicas, éticas e operacionais pré-definidas, sob responsabilidade de uma instituição, sem fins comerciais, conforme Resolução nº 441, de 12 de maio de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para análise ética de projetos de pesquisas que envolvam armazenamento de material biológico humano ou uso de material armazenado em pesquisas anteriores (BRASIL, CNS 2016).

A existência de uma instituição preocupada com o órgão dentário, é justificada por razões legais, bioéticas, culturais e sociais (NASSIF et al., 2003). Assim, o Biobanco de dentes humanos organiza-se para facilitar a concessão, o armazenamento e o empréstimo de dentes, preocupando-se com a sua procedência, que deve ter o termo de consentimento livre e esclarecido do consentidor, bem como com o seu destino, criando condições ideais para a utilização desses órgãos de acordo com a resolução CNS nº 441 de 2011 e a portaria MS nº 2.201 de 2011 que regulamentam a atividade de Biobancos de material biológico com a finalidade de pesquisa.

O atual Biobanco de Dentes Humanos (BDH) da UNOESC iniciou suas atividades como Banco de Dentes Humanos e estruturou-se de acordo com o projeto de pesquisa nº 1149/09, processo 1255/10 e a resolução nº01/CG/11 respeitando os estatutos da instituição, possui regulamento interno próprio, espaço físico devidamente equipado para a desinfecção e armazenagem dos elementos dentários de acordo com a política da universidade e realidade econômica da região, na qual, encontra-se inserido. O BDH, que iniciou a sua existência e organização em março de 2011 e possui hoje um acervo de cerca de 24.000 dentes, os quais foram oriundos de diversas fontes, tais como acervo de pesquisadores, professores, clínicas particulares e postos de saúde do município sede do

BDH e dos municípios vizinhos (ZANATTA, 2014). Posteriormente, a Resolução nº 441 de 2011, normatizou e regularizou o funcionamento de Biobancos de Dentes Humanos no país, assim como, a Resolução nº 466 de 2012, que visa organizar as pesquisas envolvendo material biológico humano, sendo esta, um complemento para a Resolução de 196/96 (BRASIL, 1996).

A regulamentação de um Biobanco de dentes humanos, ou a transição de um banco de dentes para um Biobanco requer mudança em estruturação do local físico e documentação da instituição que abriga este departamento. O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar como regulamentar um Biobanco de dentes humanos.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

A partir de 04 de fevereiro de 1997, lei nº 9.434, a utilização de órgãos ou tecidos humanos sem procedência comprovada é considerada crime. O órgão dental é utilizado como rotina nos cursos universitários de odontologia, sendo indispensável, tanto para o ensino, quanto para a Pesquisa (PINTO et al., 2009).

O Biobanco de Dentes Humanos da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo é um dos primeiros do país, sendo criado há mais de 20 anos, considerado parâmetro no que se refere à criação e ao desenvolvimento de um BDH. Merece atenção, também, o BDH da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Ribeirão Preto que tem suas atividades desde 2002, e atua atendendo a demanda de dentes para as atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa (PEREIRA, 2012a).

Atualmente o CEP não aprova pesquisas que utilizem dentes humanos cuja origem não seja comprovada ou legalizada. Os professores de graduação também se conscientizaram sobre o assunto e hoje pedem um número menor de dentes para o desenvolvimento de atividades práticas e, quando possível, substituem os dentes humanos por artificiais, geralmente em resina acrílica. Nas instituições de ensino superior que não possuem o BDH permite-se a utilização apenas de dentes pré-fabricados, que têm como principal limitação a não reprodução totalmente fiel da textura e da dureza de um dente humano, comprometendo desta forma o aprendizado do discente (MELO, 2005; COSTA, 2007).

O BDH é de suma importância para orientar e divulgar a utilização do elemento dental de forma ética e legal, procurando coibir seu comércio ilegal. Busca, também, desenvolver a percepção de docentes e pesquisadores em relação às formas de arrecadação, esterilização, biossegurança, armazenamento, empréstimo e registro dos dentes utilizados, de acordo com as leis vigentes no país (MELO, 2005; COSTA, 2007; MAGGIONI, 2010; PEREIRA, 2012).

Assim, a implantação de um Banco de Dentes Humanos (BDH) nos cursos universitários de Odontologia é de suma importância, para que os dentes utilizados pelos

alunos e profissionais tenham origem comprovada, pois todos os dentes armazenados no BDH devem ter a concessão do seu responsável (PINTO et al., 2009).

2.1 Da Estruturação dos Biobancos de Dentes

Argumenta Nassif et al. (2003) que, “[...] a diferença entre o BDH e uma “coleção de dentes” é a organização mais criteriosa e sua ampla funcionalidade. Sendo assim o BDH deverá fornecer dentes para toda e qualquer pesquisa a ser realizada na faculdade, além de fornecer dentes para treinamento laboratorial pré-clínico dos acadêmicos”. Assim, é de suma importância o controle severo dos procedimentos internos do BDH, em que fazem parte, a separação o estoque de dentes, o cadastro e o arquivamento das fichas dos concessionários e/ou beneficiários.

A criação de um biobanco de dentes e ou banco de dentes exige uma infraestrutura adequada, aquisição de equipamentos próprios, contratação de pessoal técnico especializados e auxiliar, além do estabelecimento de rotinas próprias que norteiam todas as etapas referentes a captação, retirada, classificação, processamento, controle de qualidade, distribuição e registros. Todas essas exigências implicam, em um primeiro momento, na apresentação de um projeto junto à diretoria da instituição para a aprovação. Num segundo momento, deve-se criar um estatuto ou regulamento a ser aprovado em assembleia geral e, em seguida, este deve ser registrado em cartório de registros de pessoas jurídicas (FERREIRA et al., 2003).

Para a implantação de um BDH é necessário que o mesmo esteja vinculado a uma instituição de ensino, o que requer preferência por faculdades de Odontologia. A normatização do BDH segue as definições propostas pela diretoria, devendo ter um coordenador responsável que seja, preferencialmente, um docente qualificado. Este será o representante do BDH em reuniões ou conselhos, assim como deverá sugerir uma equipe para gerenciar o BDH, responsabilizando-se pela mesma. O estatuto do BDH será definido por meio de regimento interno, fundamentado nos objetivos de tal instituição. Cada membro terá uma função específica em um grupo, em que participarão também alunos de graduação (NASSIF et al., 2003).

Dispondo de organização e funcionalidade próprias, o BDH funciona como um banco de órgãos, mantendo um acervo de dentes preservados em condições que possibilitem sua utilização em pesquisas e treinamento laboratorial pré-clínico na graduação. O autor ainda ressalta que os bancos de dentes não são simples “armazéns” de dentes muitas vezes encontrados em serviços de saúde ou nas próprias instituições de ensino (PINTO et al., 2003).

2.2 Da Organização

Os dentes como parte do corpo humano, podem ser destinados à pesquisa, aos estudos acadêmicos e ao tratamento restaurador. Desta forma, por meio do funcionamento

de um biobanco de dentes, que é similar a um banco de órgãos, torna-se necessária a autorização do consentidor para a utilização de seus dentes, como também do receptor para receber tais dentes para serem utilizados como restauração biológica no caso de uma reabilitação oral (GARBIN, 2008).

Segundo Ferreira et al. (2003),

Dois importantes documentos a serem instituídos são o Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Doação. Deve-se tomar a devida precaução no sentido de se obter um parecer jurídico quanto à legalidade e valor dos textos. Esses documentos são obrigatórios, expedidos em duas vias, sendo que uma acompanha o órgão doado, a partir do centro de captação até o banco de dentes, em que será arquivada, e a outra deve ser entregue ao doador. Um aspecto importante é que o Consentimento Livre e Esclarecido seja explicativo, que contenha todas as informações referentes a doenças e suas consequências, bem como as diversas formas de tratamento possíveis. O paciente deve declarar estar consciente de todo o processo. Nos casos de impedimentos legais como em pacientes deficientes mentais, o responsável legal deverá assinar o documento.

O uso de dentes humanos extraídos é fundamental para tornar consistente o ensino e a pesquisa nos cursos de Odontologia. Por meio da Lei de Transplantes no Brasil (lei nº 9434 de 04/02/1997), que “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento”, é vedada a remoção *post-mortem* de qualquer parte do corpo humano e para quem comprar ou vender tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, pena de 3 a 8 anos de reclusão e multa. O Código Penal também prevê pena de 1 a 3 anos de reclusão para aqueles que violarem sepultura (Artigo 210). De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução CNS nº 466 de 2012, que regulamenta as normas para a utilização de seres humanos em pesquisa, são exigidos os termos de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos como forma de “respeito à dignidade humana” (BRASIL, 2016).

Sendo o dente um órgão do corpo humano, sua origem deve ser conhecida. Neste contexto, a fonte legal da disponibilização de dentes é um Biobanco de Dentes Humanos (BDH). Para que os dentes possam ser utilizados para fins acadêmicos, há necessidade de serem concedidos a uma instituição que possua um BDH. Essa concessão deve ser formal e um termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser preenchido pelo consentidor, esse documento legaliza e mostra que o mesmo autoriza a concessão do material para a pesquisa (NASSIF et al., 2003).

2.3 Da Funcionalidade

Por ser vinculado à uma universidade de odontologia, um Banco de dentes humanos e ou Biobanco (BDH) possui diversas funções, sendo estas, pedagógicas, científicas, clínicas, sociais e éticas.

Considerando a importância de dentes naturais para o ensino odontológico na

graduação, o Banco de Dentes Humanos no campo pedagógico tem função de disponibilizar elementos dentais para estudo anatômico que, por exemplo, confere um padrão de escultura mais adequado em restaurações e ainda suprir as exigências de treinamento laboratorial pré-clínico de disciplinas como Endodontia, Dentística e Prótese.

Em relação às pesquisas científicas o Biobanco de Dentes Humanos, facilitaria a aprovação dos Comitês Éticos em Pesquisas, o qual, não tem aprovado as pesquisas que utilizam dentes humanos cuja procedência não seja comprovada ou legalizada. Este é o principal objetivo para que as faculdades de Odontologia programem um Biobanco estruturado e regulamentado, assim disponibilizando material para toda e qualquer pesquisa realizada no âmbito acadêmico.

Segundo Ulson e Imparato (2008), “restaurações em dentes decíduos com grandes destruições coronárias de origem fratura ou cárie têm sido um grande desafio em Odontopediatria, principalmente em pacientes muito jovens.”

No estudo de Avelar et al. (2009), em que usaram um incisivo central superior permanente e um paciente de 13 anos, gênero masculino, salientam que, “a colagem homogênea de fragmento dentário é uma alternativa ao tratamento restaurador convencional, porém esse procedimento demanda a existência de um BHD, o qual oferece dentes para fins de ensino, pesquisa ou utilização clínica como no caso.”

Segundo Costa et al. (2007),

A utilização dos elementos dentários é de extrema importância para o processo ensino-aprendizagem nos cursos de Odontologia. O elemento dental pode ser utilizado em treinamento laboratorial, em pesquisas como um material restaurador alternativo para restaurações com colagem de fragmentos dentários a fim de recompor um dente destruído por cárie, substituindo o uso de materiais como amálgama, resina ou porcelana, conseguindo-se melhor estética e melhor estabilidade de cor.

Na parte social, conscientização da população em relação à valorização do dente como órgão; informar quanto a importância da utilização em pesquisas científica e tratamentos. Instituições como um BDH exercem também uma função ética, pois também tem por objetivo a eliminação do comércio ilegal e indiscriminado de dentes humanos. Conceitualmente, o dente é um órgão do corpo humano, portanto um Biobanco de Dentes Humanos (BDH) está enquadrado na Lei de Transplante Brasileira, no Código Penal Brasileiro e Conselho Nacional de Saúde.

De acordo com a ANVISA (2006) a legislação prevê como papel social dos bancos de dentes humanos repassar informações à população além de promover campanhas de conscientização para estimular a concessão de órgãos sendo que desta forma, criam-se mecanismos para coibir o comércio ilegal de órgãos.

Como qualquer célula humana pode ser teoricamente clonada, o órgão dental também oferece células para tal fim, exemplo disto são as células da polpa dentária e do

tecido periodontal, assim, tratamentos como uma biopulpectomia, uma extração ou até mesmo uma cirurgia periodontal, poderiam gerar possibilidades de coleta de células para clonagem (GARBIN, et al., 2008).

2.4 Da Captação de Dentes Para o BDH

Os objetivos e atividades do BDH devem ser divulgados para conhecimento da comunidade, por meio de programas, projetos, palestras e publicações na mídia escrita e/ou falada. A divulgação da importância das concessões de dentes sob a forma de campanhas é imprescindível para tornar possível a manutenção das atividades do BDH (BARRETO et al., 2003 apud Moreira et al., 2009). Para Nassif et al. (2003), com a divulgação consegue-se valorizar a importância do dente, aumentar o número de concessões e, conseqüentemente, o número de atividades realizadas com dentes como pesquisas e estudos laboratoriais pré-clínicos e diminuir o comércio de dentes.

As fontes de arrecadação de dentes decíduos do BDH-D/UFMS são as clínicas da própria instituição de ensino, graduandos, professores e pesquisadores, população em geral e escolas do município, nas quais os membros do projeto realizam palestras e incentivam as concessões (MARIN et al., 2005). O curso de Odontologia da ULBRA – Campus Torres que mantém desde 2009 um BDH recebe doações de dentes de hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde que realizam extração dentária e também de concessões individuais. Daí a necessidade de conscientização da população, que pode ser concedido qualquer dente, permanente ou decíduo, e em qualquer estado, pois tudo é reaproveitado para os estudos (VINHOLES; FERNANDES; RITZEL; 2009).

Segundo Poletto et al. (2010), O Biobanco de Dentes Humanos da Universidade Positivo, do estado do Paraná, vem recebendo concessões de elementos dentais, em sua maioria, provenientes de Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba localizadas nos distritos sanitários da Cidade Industrial de Curitiba e Pinheirinho. Estas Unidades de Saúde também compõem campos de estágio curricular para os alunos de odontologia desta Instituição.

2.5 Biobanco de Dentes em Funcionamento no Brasil

Na USP tudo começou com o slogan que fez parte da campanha para realização da doação de dentes decíduos, isso em 1996 quando aconteceu a primeira das várias campanhas para doação de dentes de leite, feita esta pelo site da faculdade com o objetivo de atender e ajudar crianças que perderam seus dentes por motivos como cárie e trauma. A campanha deu certo tornando-se um programa de doação de dentes, destes arrecadados, 10% tinham como finalidade correção das arcadas com a colagem de fragmentos e os 90% restantes tem como destino a pesquisa (CARVALHO, 2001).

No ano de 2003, por intermédio de um projeto de extensão, ocorreu a instalação de um banco de dentes humanos na UNIVILLE (Universidade da Região de Joinville), a fim de

legalizar a utilização de elementos dentais em projetos de pesquisa e iniciação científica, além de facilitar a obtenção de dentes por alunos e professores. Nesse primeiro ano, houve preocupação com a instalação do banco, ou seja, com a montagem da estrutura física, com a padronização das rotinas de procedimentos e início da captação de elementos dentais regularizados para o estoque do banco (ZUCOO et al., 2006).

Os Bancos de Dentes e ou Biobancos ainda não participam da rotina de muitas Faculdades de Odontologia do Brasil. Em dois encontros realizados paralelamente à Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica, nos anos de 2006 e 2007, em que participaram representantes de diversas Faculdades de Odontologia do país, foram levantados os problemas que muitas instituições enfrentam durante a estruturação de seus Bancos de Dentes e ou Biobancos; entre eles foram citados: falta de sensibilidade da comunidade acadêmica perante o assunto, falta de informação dos Órgãos que deveriam regulamentar os BDH (secretarias municipais e estaduais de vigilância sanitária, ANVISA, CROs e CFO), falta de informação da população em geral, o que dificulta as concessões e enfraquece os Bancos já organizados (PINTO et al., 2009, PERREIRA, 2012). Os bancos de dentes do Brasil e biobancos discutidos na reunião da ABENO de 2020, sob coordenação do Professor Sergio Brotta, onde pesquisadores e professores reiteraram a importância da sua obrigatoriedade dentro das escolas de odontologia e o desejo de todos que os mesmos sejam integrados nas grades curriculares dos cursos de odontologia (ABENO, 2020).

3 | MATERIAL E MÉTODO

3.1 Material

Para a realização das funções do BDH, são necessários um laboratório e uma sala de suporte, desta forma, o BDH da UNOESC, apresenta as seguintes divisões: sala de recepção (administrativo), a sala de armazenamento e pesquisa, e o laboratório propriamente dito com a pia e capela de exaustão para limpeza, autoclave para esterilização, estufa de cultura bacteriológica e refrigerador. Construiu-se o laboratório, de acordo com as normas de vigilância sanitária correntes. Para a administração do BDH, a UNOESC disponibilizou uma sala anexa a recepção com microcomputador, arquivo, fax, telefone, mesas, armários e demais materiais necessários para escritório.

3.1.1 Materiais permanentes (equipamentos laboratoriais)

3.1.1.1 Para limpeza e a esterilização dos dentes

Pias de lavagem do material. Espátulas, lâminas de bisturi e espátulas de raspagem, ultra som e jato de bicarbonato. Estufa de cultura-utilizada nas pesquisas de controle da comprovação da permanência de armazenagem estéril dos dentes. Capela de exaustão - utilizada durante a limpeza e raspagem dos elementos dentários evitando assim dispersar

no ambiente resíduos oriundos deste procedimento. Seladora de material.

Autoclave sem processo de secagem, é melhor meio de esterilização dental (largamente embasado por pesquisas científicas), não alterando significativamente as propriedades físico-químicas do dente. O processo é necessário para que fosse possível a manipulação dos dentes com segurança, após autoclavagem e estocagem corretas, por graduandos, pós-graduandos e pesquisadores.

3.1.1.2 Para a estocagem dos dentes

Refrigeradores, para o armazenamento de dentes, durante o processo de preparação para armazenagem definitiva. Vidraria como por exemplo frascos tipo de penicilina (ou de vacina), tampas de borracha, lacre de anel de alumínio, alicate de recrave de duas medidas de acordo com a medida da boca da vidraria (20 mm e 24 mm). Ainda é necessário a bancada para seleção e limpeza dos dentes, pias e armários para a estocagem. Materiais de biossegurança pessoal (EPIs), soluções desinfetantes, ultrassom, instrumental e vidraria de laboratório.

3.1.2 Recursos humanos

Segundo o Regulamento do BDH da UNOESC em seu Art. 3º consta os cargos e funções de cada membro que constitui o corpo funcional. Assim, o referido artigo diz – Ficam estabelecidos como membros do Biobanco de Dentes:

- Um coordenador geral – responsável técnico;
- Um coordenador responsável auxiliar;
- Um coordenador de captação de dentes;
- Um coordenador responsável pelo controle microbiológico;
- Um coordenador-acadêmico, este representando o Curso, cujas as funções específicas desempenhadas constam no regulamento.

3.2 Método

Os dentes concedidos ao Biobanco serão utilizados em pesquisas e serão manipulados conforme os itens descritos abaixo:

3.2.1 Dentes para pesquisa

Os dentes concedidos recebem tratamento segundo os procedimentos operacionais descritos e manualizados à disposição no BDH, e serão destinados para pesquisa, são solicitados pelos pesquisadores conforme suas necessidades e após utilizados com

o trabalho ou parte dele devem ser devolvidos ao BDH, para serem reutilizados ou descartados, conforme os procedimentos descritos para tal.

Para retirar os dentes, os pesquisadores assinam a ficha cadastral comprometendo-se a devolver os mesmos ao término da pesquisa. O número e o grupo do dente que é cedido a cada pesquisa é estabelecido conforme acordo firmado entre o Biobanco de Dentes Humanos e o responsável pelo projeto de pesquisa solicitante.

Assim o pesquisador interessado em adquirir dentes deve procurar o Biobanco de Dentes para verificar a disponibilidade de tais dentes. O pesquisador, para utilizar dentes do BDH, deve cadastrar-se, para posteriormente poder retirar dentes para a sua pesquisa. O Biobanco de Dentes fornece um ofício ao pesquisador para a apresentação ao Comitê de Ética e após aprovação do CEP, apresentado ao Biobanco de Dentes Humanos, é feita a liberação dos dentes ao pesquisador.

3.2.2 Manutenção do estoque de dentes

Os dentes presentes no acervo do Biobanco de Dentes Humanos, são provenientes de concessões feitas por correspondência ou pessoalmente, e encaminhadas ao BDH, incluindo o TCLE dos pais (quando o caso o exigir) e o Termo de Assentimento (TA) assinado pelo menor. Esses, são provenientes de convênios estabelecidos com departamentos de diagnóstico e cirurgia, componentes curriculares de clínica integrada, componentes curriculares de odontopediatria, cursos de extensão de cirurgia e de pós-graduação nas áreas de ciências odontológicas e dos serviços públicos municipais, estaduais e federais, bem como setores de serviços particulares da região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e Associação dos Municípios do Planalto de Santa Catarina. Salienta-se que os dentes somente são recebidos mediante apresentação e assinatura do TCLE e Termo de Concessão pela entidade ou paciente consentidor e os dentes concedidos devem ser acondicionados em recipientes hermeticamente fechados contendo água comum.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Biobanco de Dentes é um investimento promissor para a área da saúde odontológica, e que pode trazer benefícios a população, porém é fundamental colaborar na manipulação segura para aprendizagem, pesquisa e inovações tecnológicas que fazem uso de dentes humanos (MORREIRA et al., 2009).

Segundo Pinto et al. (2009), desde a década de 90 é considerado crime a guarda e o uso de órgãos sem procedência, e o CEP não aceita pesquisas que envolvam os mesmos sem a origem comprovada, com isso, tornou-se necessário um local de disponibilidade destes órgãos e que se tenha acesso de forma legal, preservando a ética e a legalidade de captação destes elementos (CARVALHO, 2001). Sendo este um fator que colaborou para a implantação do BDH da UNOESC, caracterizado por uma demanda significativa de

pesquisas utilizando dentes humanos e fomentado por professores e acadêmicos.

Observou-se também que as maiores fontes de procura e captação de dentes, centravam-se em consultórios odontológicos, postos de saúde, e hospitais (ZUCCO et al., 2006). O Biobanco de Dentes da UNOESC iniciou as suas funções em 2011, como Banco de Dentes, com 10.000 dentes, que tinham como origem, grandes acervos particulares de professores e pesquisadores, e departamento de anatomia da UNOESC, e concessões de acadêmicos e cirurgiões dentistas, sendo que os dentes do BDH possuem o termo de consentimento livre e esclarecido e termo de concessão para cada lote de concessão que foi depositada no mesmo. Atualmente o BDH da UNOESC possui um acervo em torno de 20.000 dentes e todos possuem o TCLE e o termo de concessão, sendo agora oriundos de clínicas particulares, cirurgiões dentistas, postos de saúde e das clínicas odontológicas da UNOESC.

A criação do BDH exigiu várias etapas, a começar pelo projeto a ser elaborado para aprovação, posteriormente, o estatuto ou regulamento conforme a instituição que o Banco de Dentes está vinculado, devendo sempre seguir às normas da ANVISA (IMPARATO, 2003). Na UNOESC o processo de implantação também passou por várias etapas, iniciando-se pelo projeto de criação, que depois de aprovado, possibilitou o início das adequações do espaço físico, sendo equipado, conforme as instruções descritas no livro Banco de Dentes Humanos de José Carlos Imparato e Cols, e as instruções da ANVISA. Num segundo momento, catalogou-se as concessões de dentes, e por fim, estudou-se a parte legal, em que, criou-se o regimento do BDH da UNOESC, seguindo às leis e estatutos da instituição, atualmente, o BDH da UNOESC já se encontra regularizado junto à CONEP.

O BDH em funcionamento deve ter um regulamento ou estatuto, em que, estão especificados todos os documentos necessários para seu pleno funcionamento (NASSIF et al., 2003). O BDH da UNOESC, possui um regimento interno uma vez que a UNOESC entende que o Biobanco de dentes é uma extensão do curso de odontologia e não um órgão distinto para possuir um estatuto. O BDH segundo o Art.3 do regimento possui um coordenador geral, um coordenador auxiliar professor do curso que responde pelo Biobanco de Dentes, dois professores auxiliares técnicos, um responsável pelo controle microbiológico e um pelo processo de captação e um coordenador acadêmico (aluno do curso de odontologia) trabalhando ainda com duas estagiárias que respondem pelo recebimento, limpeza e armazenamento dos dentes do banco, sob a supervisão do coordenador geral.

Conforme o Art.9 do regimento o Biobanco de Dentes da UNOESC possui um livro próprio, com folhas numeradas, com termos de abertura e encerramento rubricadas pela autoridade sanitária competente, que tem como destino o registro dos pacientes consentidores, e seu Registro de Identidade cadastrado, e outro livro com as mesmas características para registro dos pacientes receptores de dentes concedidos, ou dos professores solicitantes.

No BDH da UNOESC os dentes são recebidos mediante um termo de concessão, este, específico para cada situação, um individual para o consentidor do dente; um para dentes decíduos, em que em que os pais ou responsáveis são os consentidores neste caso juntamente com o termo de assentimento do menor, outro específico para coleções particulares de CD, e por fim, um termo específico para secretarias de saúde e afins.

Os BDHs ligados aos Cursos de Odontologia diminuem o risco de infecções cruzadas, vindas do manuseio incorreto do órgão dental e organizam o fornecimento desses elementos para os alunos da graduação e pós-graduação (POLETTO et al., 2010). Assim sendo, o BDH da UNOESC recebe a concessão do elemento dental, que após catalogado passa por uma sessão de raspagem e limpeza e em seguida é acondicionado em um pacote apropriado e esterilizado, e por final é armazenado em água destilada, e ficará disponível para pesquisas odontológicas.

O BDH da UNOESC, até o momento, recebeu cerca de 2.186 dentes extraídos nas clínicas do curso, cerca de 3.890 concedidos por professores e alunos do curso, cerca de 3.500 concedidos por secretarias de saúde de outros municípios, recebeu também cerca de 9.185 dentes concedidos pelos Componentes Curriculares de dentística, endodontia, anatomia e acrescentando em torno de 500 dentes concedidos pelo laboratório de anatomia do curso, emprestando cerca de 4000 dentes para pesquisas feitas por pesquisadores em trabalhos feitos em TCC, especializações, em mestrados e doutorados.

Sabe-se que leva tempo para que a cultura de valorização do dente como um órgão seja formada, e por isso é primordial que as escolas de odontologia incluam informações sobre este tema em sua grade curricular e que mais estudos científicos sejam desenvolvidos (PINTO et al., 2009).

Contudo, não obstante a exposição do processo de implantação do BDH nas universidades, se faz necessária a divulgação do mesmo pelos e para os próprios acadêmicos e para a sociedade, com o intuito de conscientizar as pessoas de que a concessão de dentes ao BDH trará benefícios a sociedade, ao acadêmico, às pesquisas desenvolvidas dentro das escolas de ensino superior em odontologia.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação e regulamentação de Banco de Dentes Humanos e Biobancos em universidades cumpre uma importante função ética, moral e científica, armazenando os dentes de acordo com as normas de biossegurança, assim, por meio deste estudo, demonstra-se como iniciou a implantação do Biobanco de Dentes Humanos da UNOESC, bem como, a organização necessária e sua funcionalidade, incentivando a sua importância nos cenários de pesquisa dos cursos de Odontologia, evidenciando assim, a necessidade e a importância da regulamentação junto à CONEP.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Serviços Odontológicos**: prevenção e controle de riscos. Brasília: 2006. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais / manual_odonto.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_odonto.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2011.

AVELAR, Felipe Morando; PENIDO, Cláudia Valéria de Sousa Resende; CRUZ, Roberval de Almeida; Sérgio PENIDO, Milton Sergio Martins de Oliveira. Colagem homogênea de fragmento dentário em incisivo central superior permanente - relato de caso clínico. RFO, v. 14, n. 1, p. 66-70, janeiro/abril 2009

BRASIL. Portaria nº 904/00, Ministério da Saúde de 16 de agosto de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <www.conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

BRASIL. Resolução n. 196, de 16 de outubro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <www.conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2016.

BRASIL. Resolução n. 441, de 12 de maio de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 mai. 2011. Disponível em: <www.conselho.saude.gov.br>. Acesso em: 05 maio 2016.

CARVALHO, Cíntia. **Dentes na Mira da Ética**. Revista Brasileira de Odontologia, v. 58, n. 2, p. 108-111, mar/abr.2001.

COSTA, S. M.; et al. Dentes humanos no ensino odontológico: procedência, utilização, descontaminação e armazenamento pelos acadêmicos da UNIMONTES. **Revista ABENO**. Brasília. v.7, n.1, p.6-12. 2007.

DALLANORA, L.M.F.; DALLANORA, F.J.; DE DEA, B.E.- Implementação e Regularização do Biobanco de Dentes Humanos-1ª ed. Saarbrucken, Novas Edições Acadêmicas, 2018. 176 pag.

FERREIRA, E. L. et al. **Banco de Dentes**: Ética e Legalidade no Ensino, Pesquisa e Tratamento Odontológico. Rev. Bras. Odontol., Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 120-122, mar/abr. 2003.

GARBIN, C. A. S. **Percepção de acadêmicos de Odontologia sobre clonagem, doação de órgãos e Banco de Dentes**. Revista Pós Graduação, v.15, n. 4, p. 255-60.2008.

IMPARTATO, J. C. P. – Banco de Dentes Humanos- Editora Maio. Curitiba. 2003.

MAGGIONI. A.R.; et al. Banco de dentes humanos na percepção dos acadêmicos da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal Fluminense. **Revista Fluminense de Odontologia**. v.4, n.33. p.27-30. 2010.

MELO, C.R.O. **Banco de dentes humanos numa instituição de ensino**: importância, implementação e funcionamento. Associação Brasileira de Odontologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005. 35 p.

MOREIRA,L. et al. **Banco de Dentes Humanos para o Ensino e Pesquisa em Odontologia**. Rev. Fac. Odontol. Porto Alegre, v. 50, n. 1, p. 34-37, jan./abr., 2009.

NASSIF, A. C. S. et al. **Estruturação de um Banco de Dentes Humanos**. Pesq. Odontol. Bras., São Paulo, v. 17, p.70-74, maio 2003.

PEREIRA, Daylis Quinto. Banco de dentes humanos no Brasil: revisão de literatura. **Revista da Abeno**, Londrina, v. 12, n. 2, p.178-184, 2012.

PEREIRA, D. Q. **Levantamento dos bancos de dentes dos cursos de Odontologia no Brasil e experiência na criação do banco de dentes humanos na Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia**. 2012. 110 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 2012.

PINTO, L. S. et al. **Conhecimento Popular, Acadêmico e Profissional sobre o Banco de Dentes Humanos**. Pesq Bras Odontoped Clin Integr, João Pessoa, 9(1):101-106, jan./abr. 2009.

SLONGO, I. L.; DALLANORA, L. F.; DALLANORA, F. J. **Avaliar o Conhecimento dos Cirurgiões-Dentistas atuantes na Região Meio-Ceste catarinense acerca da existência do Banco de Dentes Humanos da UNOESC**. Ação Odonto, n. 1, 19 out. 2016.

ULSON, Raquel Cristina Barbosa, IMPARATO, José Carlos pettorossi. **Reabilitação Bucal por meio de Colagem de Fragmentosem Dentes Decíduos** Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde, Ponta Grossa, v.14, n.1, p. 23-28, mar. 2008.

ZANATTA, C. et al. Implantação do banco de dentes humanos (BDH) do curso de odontologia da Universidade do oeste de Santa Catarina. **Unoesc & Ciencia [online]**, Joaçaba, v. 5, n.1, jul. 2014.

ZUCCO, D.; KOBE, R.; FABRE, C.; MADEIRA, L.; BARATTO FILHO, F.. **Avaliação do Nível de Conhecimento dos Acadêmicos do Curso de Odontologia da UNIVILLE Sobre a Utilização de Dentes Extraídos na Graduação e Banco de Dentes**. Revista Sul-Brasileira de Odontologia v.3, n.1, 2006 – 55.

REVISTA DA ABENO- Suplemento 1 - 55ª Reunião Anual da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO- v. 20 (2020) disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/issue/view/42/showtoc>

SOBRE A ORGANIZADORA

EMANUELA CARLA DOS SANTOS - Formação Acadêmica Cirurgiã-dentista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR - (2014); Especialista em Atenção Básica pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – (2015); Mestre em Estomatologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR - (2016); especializando em Prótese Dentária pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. • Atuação Profissional Cirurgiã dentista na Prefeitura Municipal de Itaperuçu/PR; Tutora do curso de Especialização em Atenção Básica – UNASUS/UFPR – Programa Mais Médicos; Professora adjunta do curso de Odontologia – Centro Universitário de União da Vitória – UniuV/PR.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Intersetorial 13
Adolescente 15, 179
Aleitamento Materno 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
Anestésicos 9, 185, 186, 191, 192, 224, 225
Ansiedade 48, 52, 96, 112, 159, 185, 186, 204, 208
Assistência odontológica 15, 18, 38, 108

B

Bacteremia 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122
Boca 7, 1, 5, 7, 33, 34, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 79, 81, 161, 163, 170, 181, 182, 185, 187, 189, 227, 229, 234, 239, 260, 301, 324

C

Câncer oral 53, 71, 91, 92, 94, 240
Cárie Dentária 15, 18, 20, 23, 24, 25, 27, 31, 32, 45, 46, 48, 92, 93, 164, 165, 169, 172
Cirurgião Dentista 13, 25, 26, 53, 61, 147, 158, 160, 161, 164, 166, 283
Covid-19 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 43, 44, 47, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 87
Cremes Dentais 25, 30, 31, 32, 250
Criança 6, 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 33, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 158, 161, 162, 164, 166, 172, 173, 174, 175, 179, 183, 185
Crianças 8, 2, 3, 5, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 48, 51, 52, 76, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 217, 232, 234, 296, 297, 322
Cuidadores 16, 20, 48, 49, 96, 163, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177

D

Deficiência 6, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 54, 92, 162, 163, 168, 169, 174, 175, 176, 224, 243
Desenvolvimento maxilofacial 1
Doença Periodontal 8, 78, 79, 81, 93, 95, 97, 100, 101, 106, 110, 112, 113, 116, 119, 143, 145, 146, 148, 169, 174, 207, 209, 211, 214, 217, 221, 250, 257
Doenças da polpa dentária 100

E

Educação 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45,

46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 82, 87, 105, 160, 163, 169, 207

Educação em odontologia 38

Endocardite bacteriana 8, 110, 111, 112, 113, 117, 119, 224

Epidemiologia 53, 64, 65, 71, 184, 206, 216, 217

Equipe Hospitalar 163, 164

Erosão dental 178, 179, 180, 184

Escola 6, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 38, 40, 43, 44, 46, 47, 72, 108

Extração dentária 8, 45, 110, 111, 113, 141, 143, 322

F

Fissuras 185

Flúor 5, 12, 14, 18, 20, 25, 27, 29, 30, 34, 36, 37, 174, 250

Fossas 185

G

Gravidez 78, 172, 196, 197

I

Idoso 70, 89, 90, 91, 94, 95, 96

Idosos 13, 30, 63, 64, 67, 68, 70, 89, 90, 92, 93, 96, 98, 175, 176, 177, 301

Implantes Dentários 8, 124, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 139, 145, 146, 147, 150, 153, 156, 257

M

Microcefalia 8, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Mortalidade 7, 1, 2, 13, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 95, 110, 116, 208, 220

N

Neoplasia 54, 64, 66, 67, 69, 70, 228

O

Odontogeriatrics 7, 89, 90, 96, 98

Odontopediatria 11, 44, 45, 50, 51, 159, 168, 183, 315, 321

Osseointegração 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 155, 157

P

Perda Óssea 78, 112, 125, 127, 133, 134, 136, 137, 140, 141, 143, 145

Promoção da saúde 14, 16, 19, 22, 69, 177

S

Saúde Bucal 5, 6, 7, 1, 5, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 64, 69, 71, 73, 77, 78, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 114, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 174, 175, 176, 177, 196, 197, 198, 207, 209, 217, 220, 225, 234, 250

Saúde pública 5, 13, 20, 36, 39, 48, 68, 75, 100, 105, 197, 204, 205, 220

Selantes 45, 185, 186, 187

Serviços 14, 15, 16, 20, 21, 22, 38, 48, 105, 161, 164, 172, 174, 206, 207, 213, 215, 216, 217, 319, 325, 328

Sífilis 9, 172, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Sífilis Scongênita 197, 201

Síndrome Metabólica 7, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98

T

Tabaco sem fumaça 77, 79

Tabagismo 7, 54, 65, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 93, 126, 128, 129, 133, 144, 145, 148, 199, 204, 208, 229

Tratamento 11, 15, 16, 18, 20, 21, 44, 46, 48, 50, 52, 53, 61, 64, 65, 69, 71, 74, 83, 90, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 126, 127, 129, 130, 135, 136, 140, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 158, 159, 161, 162, 168, 172, 176, 182, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 195, 198, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 250, 257, 259, 260, 266, 270, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 294, 296, 297, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 319, 320, 321, 324, 328

V

Visita Domiciliar 6, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22

Ações que Ampliam o Acesso e a Qualidade na **Atenção Odontológica 2**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Ações que Ampliam o Acesso e a Qualidade na **Atenção Odontológica 2**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021